



FCAM - Fundação Cambirela do Meio Ambiente
Avenida Hilza Terezinha Pagani, nº 280, Parque Residencial Pagani PALHOÇA
CEP: 88132256 - Tel: (48) 3279-1739
Licença Ambiental de Operação Corretiva
3892/2022



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

<https://sinfat.ciga.sc.gov.br/licenca/baixar/33952/18793>

FCAM - Fundação Cambirela do Meio Ambiente, com base no processo de licenciamento ambiental SAN/18572 e parecer técnico nº 14010/2021, concede a presente Licença Ambiental de Operação Corretiva à atividade abaixo descrita:

Empreendedor

Nome: ASA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
CPF/CNPJ: 02038945000128
Endereço: Rua Ivo Hildebrando Cardoso, nº S/N - , Guarda do Cubatão
CEP: 88135314
Município: PALHOÇA
Estado: SC

Empreendimento

Asa Prestadora de Serviços Ltda ME - 02038945000128
Atividade: 34.31.13 - SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES SANITÁRIOS PROVENIENTE DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE EFLUENTES SANITÁRIOS
Endereço: Rua Ivo Hildebrando Cardoso, nº S/N - , Guarda do Cubatão
CEP: 88135314
Município: PALHOÇA
Estado: SC
Coordenadas UTM X 729776.5619, Y 6942396.8584

Da operação

Analisar a viabilidade ambiental da atividade, com vistas a dar subsídios técnicos às instâncias superiores da FCAM, na tomada de decisão quanto à emissão ou não da Licença Ambiental de Operação Corretiva.

Descrição do Empreendimento

A empresa está instalada em um terreno urbano de 24.510,11 m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça/SC, sob a matrícula n.º 93.005. Localizada na Rua Ivo Hildebrando Cardoso, s/nº, Bairro Guarda do Cubatão, Município de Palhoça - SC. Coordenada geográfica (UTM): 728719.00 m E, 6935427.00 m S.

A Asa Prestadora de Serviços Ltda trabalha no segmento de coleta, transporte rodoviário e tratamento de esgoto doméstico. A presente licença autoriza somente o tratamento do esgoto doméstico. As atividades de coleta e transporte deverão possuir licença ambiental específica emitida pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina.

A atividade em questão enquadra-se entre as atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental, conforme previsto no item **34.31.13** da Resolução CONSEMA n.º 98/2017, que se refere a **sistema de tratamento de efluentes sanitários provenientes de serviço de coleta e transporte rodoviário de efluentes sanitários**, atividade de porte pequeno e grande potencial poluidor.

A estação de tratamento é composta por: Tratamento preliminar, tanque de equalização, skid de flotação, reator biológico, filtração terciária e lançamento no corpo receptor (rio Aririú).

Aspectos Florestais

- Reserva Legal - Não aplicável.
- Uso de APP - A área diretamente afetada não fará uso de APP. As áreas de preservação permanente do imóvel deverão ser recuperadas.
- Autorização de Corte de Vegetação - Não haverá corte de vegetação.
- Espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção - Não foram identificadas espécies ameaçadas de extinção na área.

Programas ambientais

- Programa de operação e manutenção do sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários e de capacitação dos funcionários responsáveis pela rotina operacional.
- Plano de emergência e contingência.
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS.

Medidas compensatórias

- Compensação pelo corte da Mata Atlântica: Não aplicável.
- Compensação do SNUC: Não aplicável.
- Compensação pelo uso de APP: Não aplicável.
- Recuperação das Áreas de Preservação Permanente.
- Implantação sistema de desinfecção por ultravioleta ou ozonização.

Análise técnica

O empreendedor solicitou Licença Ambiental de Operação Corretiva para a atividade de sistema de tratamento de efluentes sanitários provenientes de serviço de coleta e transporte rodoviário de efluentes sanitários. Verificou-se que o empreendimento possuía Licença Ambiental de Operação IMA nº 2569/2017, para atividade de serviço de coleta e transporte de efluentes de tanque séptico **com tratamento**, licença válida até 11 de abril de 2021.

Em um primeiro momento, foi solicitado documentação complementar de LAP, LAI e LAO, pois o Requerente solicitou LAO Corretiva apresentado junto um ECA. Verificou-se que os estudos e documentações apresentadas não atendiam a IN 05 do IMA. Posteriormente, verificou que a atividade possuía LAO emitida no IMA, vencida desde 11 de abril de 2021, assim, entende-se que o requerente deverá apresentar documentos apenas de renovação de LAO (IN 05), e cópia do processo IMA DIV/14777/CRF.

A análise técnica expressa no presente parecer foi baseada nos estudos ambientais apresentados à FCAM, mas também nas informações obtidas em vistoria técnica realizada junto ao imóvel objeto do pedido de licenciamento, bem como também nas demais informações disponíveis até a presente data.

A empresa possui Alvará de Licença de Funcionamento n.º 399/2022 da Prefeitura de Palhoça, Alvará Sanitário da Vigilância Sanitária de Palhoça, não possui Habite-se.

Conforme Consulta de Viabilidade (processo 11495/2022) o imóvel encontra-se em área residencial predominante pelo zoneamento municipal, o uso de ETE, estação de tratamento de efluentes não está previsto no plano diretor, sendo os usos não definidos são classificados como "incômodos" e, portanto PROIBIDOS em ARP-1. Entretanto, conforme manifestação/parecer jurídico da Procuradoria Municipal de Palhoça, memorando eletrônico n.º 35.827/2022, foi favorável (possibilidade jurídica), em relação ao zoneamento, da atividade continuar operando no local, haja vista que o poder público emitiu Alvará de Funcionamento e Alvará Sanitário, foi utilizado o princípio da razoabilidade. Assim, entende-se que a empresa deverá adotar dispositivos e instalações que eliminem os incômodos.

Conforme documentos apresentados o empreendimento situa-se à jusante dos pontos de captação de água para abastecimento público do município de Palhoça.

Parte do imóvel encontra-se em Área de Preservação Permanente do Rio Aririú. Assim, deverão ser recuperadas as áreas de preservação permanente.

A Área Diretamente Afetada não se encontra em Unidade de Conservação, entretanto o Rio Aririú (corpo receptor), a jusante, é divisa de duas unidades de conservação, Parque Estadual Serra do Tabuleiro e Parque Municipal Natalina Martins da Luz.

Vazão média ao final do plano de 1,5 L/s.

O efluente tratado deverá possuir características que atendem aos padrões de emissão de efluentes fixados na Resolução CONSEMA 181/2021, CONAMA 357/2005 e CONAMA 430/2011. Além disso, deverá ser implantado sistema de desinfecção (ultravioleta ou ozonização).

A empresa encontra-se em operação sem Licença Ambiental de Operação. A ausência de licença/autorização ambiental caracteriza infração administrativa conforme previsto no art. 66 do Decreto Federal 6514/2008. Os empreendimentos ou atividades que se encontrem implantados ou em operação sem o devido licenciamento ambiental deverão requerê-lo junto ao órgão ambiental licenciador competente, a fim de verificar a possibilidade de regularizar sua situação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis. Assim, devido aos indícios de infração administrativa (operar sem LAO), encaminhe-se o parecer técnico para a GEFIS (**memorando eletrônico n.º 52.991/2022**) e à Presidência da FCAM, para as providências cabíveis.

Foram analisados aspectos exclusivamente ambientais relacionados às legislações municipais, estaduais e federais pertinentes e não engloba aspectos de segurança das instalações.

Deverão ser atendidas todas as restrições e condicionantes. Quando da ocorrência de desconformidades, de imediato deverá comunicar formalmente esta Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM, com indicação da desconformidade, das causas do episódio e das medidas de adequação adotadas pelos responsáveis pelo empreendimento para correção da irregularidade.

O não cumprimento à Legislação Ambiental vigente, bem como a demora na adoção das medidas saneadoras e imprescindíveis no caso de ocorrência de acidentes, sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na legislação em vigor.

A presente Licença Ambiental não isenta o empreendimento de ações futuras por parte desta FCAM, no caso do registro de reclamações de poluição ambiental. Neste caso, o responsável pelo empreendimento deverá tomar medidas complementares necessárias para solucionar problemas, no prazo imediato.

A presente licença ambiental é concedida somente para desenvolvimento das atividades solicitadas, com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

A Licença Ambiental poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua emissão, bem como na superveniência de graves riscos ambientais e da saúde.

Cumpram-se os Pareceres, Projetos, Planos, Programas, Análise, Inventários e Estudos apresentados são de inteira responsabilidade do empreendedor e dos técnicos que o assessoram. Os técnicos e o empreendedor serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais. Além disso, os técnicos da FCAM não possuem responsabilidade sobre os projetos, execução e operação, sendo que a comprovação da eficiência desses é de inteira responsabilidade do empreendedor, de seu(s) projetista(s), e do(s) responsável(is) técnico(s) pelo projeto, execução e operação constantes das ART juntadas aos autos. Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção pelo requerente de outras licenças e autorizações legalmente exigíveis.

Conclusão

Considerando que não foram encontrados impedimentos técnicos e/ou legais para a solicitação da Licença Ambiental de Operação, salvo nova manifestação técnica ou análise legal que deponha contra. Sugere a emissão da LAO, com validade de 48 meses, condicionada ao cumprimento integral do item "condições específicas e condicionantes" deste parecer.

É o parecer. Salve melhor juízo.

Encaminha-se este parecer para Presidência da FCAM, para apreciação e deliberações que julgar pertinente.

Condições específicas

1. Não interferir, ocupar ou utilizar as Áreas de Preservação Permanente - APP nas imediações do terreno. Exceto para a condução do efluente tratado para o corpo receptor (Rio Aririú).
2. Apresentar no **prazo de 120 (cento e vinte)** dias, a contar da emissão da LAO, Plano de Recuperação de Área Degradadas - PRAD das Áreas de Preservação Permanente - APP do Rio Aririú (matrícula 93.005). Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do responsável pelo Plano e pelo monitoramento/acompanhamento. Deverá ser solicitada Autorização Ambiental para Recuperação de Área Degradada - PRAD pelo sistema IPM da Prefeitura Municipal de Palhoça (site da Prefeitura).
3. Implantar o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas na Área de Preservação Permanente. Realizar o acompanhamento do PRAD por profissional habilitado com ART de execução/monitoramento e envio de relatórios anuais com registro fotográficos por um **prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses**.
4. Caso venham a existir reclamações da população vizinha em relação a problemas de poluição ambiental ou incômodos causados pela empresa, esta deverá tomar medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência.

5. Fica proibida a emissão de substância odoríferas na atmosfera, em quantidade que possam ser perceptíveis fora dos limites da propriedade da empresa. Os odores resultantes do sistema de tratamento de efluentes devem ser controlados e remediados de forma a não causar impacto na comunidade circunvizinha ao empreendimento.
6. Em função da presença de unidades residenciais no entorno próximo da ETE, devem ser adotadas medidas de controle ambiental com atenção especial ao aspecto de odor, considerando a **implantação de cortina vegetal** na perimetral da área envolvida pelo sistema de tratamento de esgoto sanitário.
7. Os níveis de ruídos emitidos pelas atividades da empresa deverão atender aos padrões estabelecidos pela NBR 10.151 /2019 e Lei Complementar Municipal 156/2013.
8. Realização de manutenção preventiva em todos os equipamentos geradores de ruídos da ETE de forma a minimizar a pressão sonora nos moradores do entorno.
10. Horário de Funcionamento conforme autorizado pelo Alvará de Funcionamento da Prefeitura de Palhoça.
11. Utilizar Equipamentos de Proteção Individual - EPIs adequados ao risco e à atividade exercida, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados. A sinalização de segurança deve estar presente em todo o estabelecimento.
12. Os produtos químicos deverão ser armazenados e manipulados em local coberto, com piso resistente e impermeável, dotado sistema de contenção (manter acesso controlado). Não é permitido o armazenamento ainda que temporário de tambores de produtos químicos a céu aberto.
13. Fica vetada a queima de resíduos de qualquer origem.
14. Sistema de Combate a Incêndio de acordo com normas do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.
15. Possuir sistema de isolamento tal que impeça o acesso de pessoas estranhas.
16. Sinalizar na(s) entrada(s) que identifique(m) o empreendimento.
17. Medidas preventivas e corretivas de controle integrado de insetos e roedores.
18. Manter higiene, limpeza e organização no local.
19. Possuir Alvará de Funcionamento da Prefeitura Municipal de Palhoça e Alvará da Vigilância Sanitária.
20. Dar manutenção adequada ao sistema de tratamento de efluentes.
21. Monitorar o efluente lançado no corpo receptor.
22. Monitorar o corpo receptor a montante e jusante do lançamento.
23. Manter profissional habilitado com ART pela operação da Estação de Tratamento de Efluentes.
24. Operar a estação de tratamento de esgoto de acordo com o manual de operação apresentado, mantendo os equipamentos em condições adequadas de operação e de manutenção, obedecendo aos parâmetros preconizados no projeto.
25. O projetista é o responsável técnico pelo sistema de tratamento ora aprovado e construído, quanto aos aspectos do dimensionamento hidráulico sanitário e sua operação, desde que resultante de problemas de dimensionamento.
26. Comunicar à FCAM, por escrito, eventuais paralisações temporárias da ETE para manutenção ou reparos, informando o motivo e o prazo provável para o reinício da operação.
27. Submeter previamente à FCAM, para análise e parecer, qualquer ampliação e/ou modificação na atividade.
28. A FCAM poderá exigir, a qualquer momento, desde que julgue necessária, a adoção de medidas adicionais de controle, que visem preservar o meio ambiente e a saúde da população.
29. É PROIBIDO o tratamento de efluente industrial e percolado de aterro sanitário na referida ETE.
30. A presente licença não autoriza o transporte rodoviário de efluente de qualquer natureza. Devendo a empresa possuir licença específica para atividade de transporte de efluente doméstico emitido pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina.
31. A água pluvial não deve ser direcionada para qualquer etapa do tratamento.
32. É PROIBIDA a utilização de água de maior qualidade para fins de diluição do efluente tratado, conforme prevê a Resolução CONAMA 430/11 e Lei Estadual 14675/09.
33. Promover a retirada e dar destino adequado dos resíduos/lodos provenientes das unidades do sistema de tratamento de efluentes, tais como resíduos retidos no gradeamento, peneira automatizada e decantadores, utilizando os serviços de empresas licenciadas para essa atividade e destinando os resíduos para aterros adequados e licenciados.
34. Deve ser observado uso do Sistema de Controle de Movimentação de Resíduos e de Rejeitos - MTR, para quaisquer movimentações de resíduos sólidos, através de transporte rodoviário, para fora do empreendimento, no que for pertinente.

35. Para renovação da LAO apresentar **Declaração de Movimento de Resíduos - DMR** (inventário), a qual deverá conter todas as informações referentes à movimentação de resíduos e rejeitos (Portaria FATMA 324/2015).
36. Deverão ser observadas as diretrizes da Política Nacional dos Resíduos Sólidos - Lei nº 12.305/2010 e sua regulamentação através do Decreto Federal nº 7.404/2010.
37. Os critérios e padrões para lançamento de efluentes da Estação de Tratamento de Esgoto deverão atender as resoluções CONAMA, CONSEMA e legislação ambiental em vigor (CONAMA 357/2005, CONAMA 430/2011, CONSEMA 181/2021, CONSEMA 182/2021).
38. Apresentar **anualmente** à FCAM até o décimo dia do mês de dezembro, pelo sistema SinFAT Municípios, **análises bimestrais do efluente tratado**. Para os parâmetros: DBO_{5,20} (mg/L) entrada e saída, nitrogênio amoniacal total (mg/L), fósforo total (mg/L), pH, temperatura (°C) no momento da coleta, sólidos sedimentáveis (mL/L), óleos e graxas (mg/L), *Escherichia coli* (UFC/100 mL).
39. Para renovação da LAO deverá ser apresentado **análises do efluente tratado**. Para os parâmetros: DQO entrada e saída (mg/L), alumínio dissolvido (mg/L Al), óleos vegetais e gorduras animais (mg/L), cromo hexavalente (mg/L), cobre total (mg/L), cádmio total (mg/L), mercúrio total (mg/L), níquel total (mg/L), zinco total (mg/L), arsênio total (mg/L), prata total (mg/L), selênio total (mg/L), manganês + 2 solúvel (mg/L), fenóis (mg/L), substâncias tensoativas que reagem ao azul de metileno (mg/L), compostos organofosforados e carbamatos (mg/L), sulfeto de carbono (mg/L), etileno (mg/L), outros compostos organoclorados (mg/L).
40. Para renovação da LAO apresentar **teste de ecotoxicidade**. Os limites máximos de toxicidade aguda conforme Portaria 017/02 - FATMA/IMA de 18/04/2002.
41. Para renovação da LAO deverá ser apresentado **análises do corpo receptor**, montante e jusante, para os parâmetros OD no momento da coleta, DQO (mg/L), DBO_{5,20} (mg/L), nitrogênio amoniacal total (mg/L), fósforo (mg/L), pH, temperatura (°C) no momento da coleta, sólidos sedimentáveis (mL/L), óleos e graxas (mg/L), *Escherichia coli* (UFC/100 mL). Os pontos de coleta deverão ser a montante e a jusante dos pontos de lançamento das 3 empresas de tratamento de efluentes sanitários proveniente dos "caminhões limpas fossas" que operam na localidade.
42. As coletas das amostras e as análises deverão ser realizadas por laboratórios reconhecidos pelo IMA, conforme Decreto Estadual nº 3.754/2010. Não serão aceitos, para qualquer fim, documentos, laudos, certificados de análises, pareceres ou relatórios provenientes de laboratórios não reconhecidos. As coletas de amostras devem ser realizadas por profissionais habilitados, os quais devem adotar procedimentos de coleta, manuseio, preservação, acondicionamento e transporte de amostras de acordo com as normas aplicáveis, respeitando-se os prazos de validade. As análises laboratoriais deverão ser acompanhadas: a) Identificação do laboratório, do cliente e da amostra; b) Identificação do local da amostragem, data e horário de coleta e entrada da amostra no laboratório, anexando a cadeia de custódia; c) Método de análise utilizado para cada parâmetro analisado; d) Limite de quantificação para cada parâmetro analisado; e) Incertezas de medição de cada parâmetro; f) Resultados dos brancos do método e rastreadores ("surrogates"); g) Ensaios de adição e recuperação dos analitos na matriz ("spike"); h) Legislação aplicável e limite permitido; i) Assinatura e número de registro do CRQ do responsável técnico.
43. Para renovação da LAO deverá ser apresentado **Laudo da Eficiência do Sistema de Tratamento de Efluentes**. No laudo deverá constar parecer conclusivo a respeito do funcionamento, manutenção, situação, condições e eficiência do sistema. Apresentar relatório fotográfico das condições da ETE. É indispensável que o laudo seja conclusivo, com uma análise crítica comparativa com as Resoluções CONSEMA 181/2021, CONSEMA 182/2021, CONAMA 430/2011, CONAMA 357/2005 e Portaria FATMA/IMA nº 017/2002. O Laudo deverá estar acompanhado de Relatório de Monitoramento do Esgoto Sanitário, elaborado conforme enunciado 01 do IMA. Os gráficos devem considerar dados históricos de, pelo menos, os últimos 48 meses medidos para cada parâmetro nas frequências determinadas na Licença. Estatística dos resultados: número de dados, média, mínimo, máximo, percentagem de atendimento aos padrões por parâmetro nos últimos 48 meses. Justificativas técnicas e medidas de remediação adotadas no caso de resultados fora do padrão legal ou de projeto. O Laudo e Relatório deverão ser elaborados por um Engenheiro Sanitarista e Ambiental ou Engenheiro Químico.
44. Apresentar **anualmente** à FCAM até o décimo dia do mês de dezembro, Anotação de Responsabilidade Técnica do responsável técnico pela operação da Estação de Tratamento de Efluentes.
45. Os equipamentos de controle ambientais existentes deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar a eficiência, sendo tal responsabilidade única e exclusiva do empreendedor.
46. A cópia desta licença deverá ser afixada em local de fácil acesso e visível ao público, no próprio estabelecimento.
47. Sinalizar na(s) entrada(s) que identifique(m) o empreendimento (colocação de placa/pintura com o nome da empresa) e colocar número de endereço.
48. Fica autorizado o recebimento de efluentes oriundos de sistemas individuais de tratamento de efluente doméstico, transportados por caminhões tanque devidamente licenciados pelo IMA (caminhões "limpa-fossa"). O descarregamento deverá ser realizado em local adequado, provido de piso resistente e impermeável, acrescido de tratamento preliminar (gradeamento, caixa para retenção de sólidos grosseiros e gordura).

49. Para renovação da LAO implantar sistema de desinfecção por ultravioleta ou ozonização.
50. Para renovação da LAO apresentar projeto atualizado, memorial de cálculo e descritivo, Anotação de Responsabilidade Técnica do responsável pelo projeto.
51. Para renovação da LAO apresentar Outorga ou Dispensa de Outorga emitida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, para lançamento de efluente tratado em curso hídrico.
52. Para renovação da LAO apresentar **Estudo de Autodepuração de corpo d'água receptor**. Considerar a soma das vazões de final de plano das três empresas de tratamento de efluentes sanitários proveniente dos "caminhões limpas fossas" que operam na localidade. O estudo deverá ser realizado conforme IN 05 do IMA.
53. Para renovação da LAO deverá ser apresentado **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS** atualizado, contendo ART(s) do(s) responsável(eis) pelo PGRS (código A0470 - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS).
54. Para renovação da LAO deverá ser apresentado **Plano Emergência e Contingência do Sistema** atualizado, contendo ART(s) do(s) responsável(eis) pelo Plano.
55. Para renovação da LAO deverá ser apresentado **Programa de Operação e Manutenção do Sistema de Tratamento de Efluentes e de Capacitação dos Funcionários Responsáveis pela Rotina Operacional** atualizado, contendo ART(s) do(s) responsável(eis) pelo Programa.
56. Implantar caixa de inspeção após o sistema de tratamento, para fins de monitoramento da eficiência do sistema de tratamento.
57. Para renovação da LAO deverá ser apresentado **Habite-se** das edificações e sistema de tratamento de efluentes emitido pela Prefeitura Municipal de Palhoça.
58. Para a obtenção da renovação da LAO o requerente deverá apresentar documentação atualizada. Dos documentos: Alvará de Funcionamento, Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiro, Alvará da Vigilância Sanitária Municipal, CNPJ, Contrato Social, matrículas do imóvel.
59. Para renovação da LAO deverá ser apresentado **Relatório de Atendimento às Condicionantes Ambientais**, contendo ART(s) do(s) responsável(eis) e deverá ser apresentado cópia dos contratos das empresas que dão destino final aos resíduos sólidos, como também, as licenças de operação das mesmas.
60. Deverá ser requerida a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO com antecedência mínima de **120 (cento e vinte)** dias antes do término de sua validade.

Documentos que fundamentam o parecer

Todos elencados no processo. E parecer/manifestação da Procuradoria Municipal de Palhoça presente no Memorando eletrônico 35.827/2022.

Controles ambientais

- Implantação de Cortina Verde.
- Recuperação das Áreas de Preservação Permanente.
- Monitoramento do efluente tratado e do corpo receptor. Padrões de Lançamento conforme CONAMA 357/2005, CONAMA 430/2011 e CONSEMA 181/2021.
- Manutenção do Sistema de Tratamento de Efluentes.
- Implantação de sistema de desinfecção por ultravioleta ou ozonização.
- Resíduos sólidos (lodo, material retido no tratamento primário) encaminhados para empresas especializadas e com licença ambiental. Armazenamento em local apropriado de acordo com resoluções CONAMA.
- Controle de ruído e odores de acordo com a legislação vigente.
- Medidas preventivas e corretivas de controle integrado de insetos e roedores.
- Os produtos químicos armazenados e manipulados em local coberto, com piso resistente e impermeável, dotado sistema de contenção, acesso controlado.

Documentos em Anexo

Nada consta.

Prazo de Validade

A presente licença é **válida por 48 meses** a partir da assinatura e observadas as condições deste documento.

Data, local e assinatura

PALHOÇA , 21 de junho de 2022	ANESTOR PEDRO DENONI Presidente
--------------------------------------	---